

### Anexo VI - Análise de Materialidade

OBJETOS	ÁREAS	DESCRIÇÃO	Pontuação Escala	Distribuição Dotação	(Dotação Total Para	Níveis
			Relevância	Total P/Execução (50%	Execução	
			(soma)	Dot. Planejamento)	Distribuída/Dotação	
			Dotação Total P/Execução (R\$)			
Pontuação Total (pts)			16.538.710,77		279	
Valor Unitário Para Execução(R\$)			59.278,53			
ÁREA 1 - SOCIEDADE	A1.1	Gestão/Prestação de Contas	3	177.836	1,08	4
	A1.2	Transparência	3	177.836	1,08	4
	A1.3	Processo Judicial Eletrônico	9	533.507	3,23	5
	A1.4	Gestão de Custos operacionais área-fim (Contadorias)	1	59.279	0,36	1
	A1.5	Prestação Jurisdicional-Qualidade do Atendimento ao Usuário	4	237.114	1,43	4
	A1.6	Ações De Cidadania-Fomentar Métodos Consensuais de solução de Conflitos	4	237.114	1,43	4
ÁREA 2 - PROCESSOS INTERNOS	A2.1	Depósitos Judiciais	1	59.279	0,36	1
	A2.2	Metodologia processos de trabalho. Tramitação Processos Judiciais	3	177.836	1,08	4
	A2.3	Tramitação Processos Administrativos	1	59.279	0,36	1
	A2.4	Gestão de Riscos Institucional	2	118.557	0,72	3
	A2.5	Governança Institucional	10	592.785	3,58	5
	A2.6	Integridade de dados	2	118.557	0,72	3
	A2.7	Gestão de Comunicação Interna e Externa	6	355.671	2,15	5
	A2.8	Integridade/Ética	1	59.279	0,36	1
	A2.9	Controles Internos Institucional	22	1.304.128	7,89	5
	A2.10	Indicadores/Planejamento Estratégico	6	355.671	2,15	5
	A2.11	Sistemas Informatizados	5	296.393	1,79	5
	A2.12	Controles Internos - Segurança da Tecnologia da Informação	5	296.393	1,79	5
	A2.13	Gestão de TI - Operacional	5	296.393	1,79	5
	A2.14	Governança de TI	6	355.671	2,15	5
	A2.15	Gestão de Riscos TI	4	237.114	1,43	4
	A2.16	Proteção de Dados (LGPD)	4	237.114	1,43	4
	A2.17	Controles Internos/Compras e Contratações	10	592.785	3,58	5
	A2.18	Compras e Contratações/Conformidade	10	592.785	3,58	5
	A2.19	Tecnologia da Informação/Conformidade	11	652.064	3,94	5
	A2.20	Terceirização	5	296.393	1,79	5
	A2.21	Gestão de bens móveis	10	592.785	3,58	5
	A2.22	Governança Compras e Contratações	10	592.785	3,58	5
	A2.23	Suprimento de Fundos	2	118.557	0,72	3
	A2.24	Gestão de Transferências Concedidas	2	118.557	0,72	3
	A2.25	Gestão de Riscos Compras e Contratações	14	829.899	5,02	5
ÁREA 3 - PESSOAS E RECURSOS	A3.1	Obras e/ou serviço de engenharia	4	237.114	1,43	4
	A3.2	Manutenção Predial	3	177.836	1,08	4
	A3.3	Patrimônio imobiliário	16	948.457	5,73	5
	A3.4	Espaços físicos	3	177.836	1,08	4
	A3.5	Segurança Institucional	3	177.836	1,08	4
	A3.6	Controles internos da Gestão de Pessoas	8	474.228	2,87	5
	A3.7	Conformidade/ legalidade de atos de Pessoal	1	59.279	0,36	1
	A3.8	Governança Pessoal	6	355.671	2,15	5
	A3.9	Gestão de Riscos Pessoal	2	118.557	0,72	3
	A3.10	Gestão do pró-saúde	0	-	0,00	1
	A3.11	Sistemas Cooperativos da Gestão de Pessoal	6	355.671	2,15	5
	A3.12	Gestão do Conhecimento	3	177.836	1,08	4
	A3.13	Política de Trabalho à distância	15	889.178	5,38	5
	A3.14	Estagiários	2	118.557	0,72	3
	A3.15	Diárias e passagens	2	118.557	0,72	3
	A3.16	Passivos	1	59.279	0,36	1
	A3.17	Demonstrações Financeiras	15	889.178	5,38	5
	A3.18	Gestão Orçamentária	2	118.557	0,72	3
	A3.19	Ordem Cronológica	1	59.279	0,36	1
	A3.20	Gestão de Custos	2	118.557	0,72	3
	A3.21	Sustentabilidade	1	59.279	0,36	1
	A3.22	Acessibilidade	2	118.557	0,72	3

Grau	Nível	Escala
Muito Baixo	1	x < 0,5
Baixo	2	0,5 ≤ X < 0,7
Médio	3	0,7 ≤ X < 1
Alto	4	1 ≤ X < 1,5
Muito Alto	5	X ≥ 1,5



ANEXO VII - ANÁLISE DA RELEVÂNCIA - PARTE I

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	Escala de Impacto por Área					
			Área 1					
			A1.1	A1.2	A1.3	A1.4	A1.5	A1.6
<b>Sociedade</b>	Garantir os direitos do cidadão	-Assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, os direitos das minorias, a inclusão da diversidade e a acessibilidade a todos, bem como ao desafio de atenuar as desigualdades sociais						
	Assegurar a excelência da prestação jurisdicional	- Conferir elevado padrão de excelência à gestão, ao planejamento, à organização administrativa e judiciária, assim como à sistematização e à disseminação das informações, para conferir produtividade compatível com os recursos alocados e garantir efetividade à prestação jurisdicional	1	1	1			
	Fortalecer o relacionamento com a sociedade e com outras instituições	- Consolidar a atuação do TJDFT como instituição garantidora dos direitos. Abrange a garantia de satisfação do jurisdicionado com os serviços prestados e a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas para a solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e a sociedade	1	1				
<b>Processos Internos</b>	Aprimorar a prestação jurisdicional	-Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional			1			
		-Incrementar os controles de qualidade da prestação jurisdicional				1		
	Fomentar a prevenção de litígios e o uso de métodos adequados de resolução de conflitos	-Otimizar os processos de apoio às atividades judiciais						
		-Aperfeiçoar a gestão e estimular o uso da informação jurídica						
		-Desenvolver e aprimorar convênios com instituições parceiras					1	
		-Ampliar a oferta de formas alternativas de resolução de conflitos					1	
		-Estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais					1	
	Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal	-Expandir a rede de conciliadores					1	
		-Fortalecer canais extrajudiciais de resolução de conflitos					1	
		-Fomentar a aplicação de penas e medidas alternativas						
		-Investir na justiça restaurativa						
		-Agir em prol do fortalecimento do sistema penitenciário						
	Consolidar o sistema de precedentes obrigatórios	- Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execuções de medidas socioeducativas						
		-Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a gestão das informações do sistema de precedentes obrigatórios			1			
		-Aprimorar a comunicação entre as unidades de inteligência e o sistema de precedentes obrigatórios						
		-Promover a comunicação das decisões que afetam o julgamento dos processos pelos magistrados						
	Fortalecer a governança institucional	-Agilizar o sobrestamento dos temas afetados bem como o levantamento do sobrestamento após o julgamento						
-Consolidar e fortalecer a atuação do Centro de Inteligência da Justiça do Distrito Federal								
-Aprimorar o processo de gestão das Metas Nacionais								
-Aperfeiçoar o processo de tomada de decisão								
-Fortalecer e aprimorar o modelo de governança institucional								
-Consolidar a gestão de riscos								
-Fortalecer o processo de auditoria interna								
Promover a inovação e a eficiência na gestão	-Aperfeiçoar o processo de gestão da estrutura organizacional							
	-Consolidar a inteligência estratégica							
	-Fomentar e garantir a transparência e a prestação de contas	1	1					
	-Promover a gestão da ética e da integridade							
Aprimorar a comunicação institucional e o atendimento ao cidadão	-Consolidar a sustentabilidade como valor organizacional							
	-Desenvolver a inovação nos processos, produtos e serviços							
	-Aperfeiçoar os processos e os canais de comunicação interna							
	-Fortalecer e instrumentalizar a gestão estratégica							
Incrementar as políticas e os processos de segurança	-Aprimorar a gestão de contratações							
	-Aperfeiçoar o modelo de gestão de tecnologia da informação			1				
	-Otimizar o modelo de gestão de materiais							
	-Promover a gestão da informação e do conhecimento					1		
<b>Pessoas e Recursos</b>	Otimizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira	-Aperfeiçoar a comunicação externa						
		-Aprimorar a articulação institucional						
	Promover o protagonismo das pessoas no contexto da era digital	-Fomentar e disseminar a gestão da memória institucional						
		-Padronizar o atendimento ao cidadão nos diferentes canais					1	
		-Aprimorar o atendimento ao jurisdicionado					1	
		-Incrementar a segurança da informação e a proteção de dados pessoais			1			
	Intensificar a transformação digital do Tribunal	-Aperfeiçoar a segurança e a proteção de magistrados, servidores e jurisdicionados						
		-Aprimorar a atividade de inteligência no âmbito da segurança institucional						
	Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura e da mobilidade	-Desenvolver o sistema de gestão orgânica de incidentes						
		-Garantir o alinhamento do planejamento orçamentário aos objetivos estratégicos						
-Otimizar a execução orçamentária e financeira								
-Fortalecer as competências dos gestores e servidores orientadas para o futuro, para as pessoas e para os resultados								
Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura e da mobilidade	-Otimizar a alocação de pessoas considerando as transformações no trabalho e a necessidade de adequação de perfis profissionais							
	-Prevenir e/ou mitigar doenças no contexto da era digital							
Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura e da mobilidade	-Promover o reconhecimento do desempenho das pessoas valorizando o engajamento, a atuação colaborativa e as entregas							
	-Capacitar magistrados e servidores, visando ao desenvolvimento das competências requeridas no contexto da era digital							
Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura e da mobilidade	-Promover a modernização e a convergência tecnológica de sistemas e serviços			1				
	-Aprimorar os processos de trabalho administrativos para a transformação digital			1				
Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura e da mobilidade	-Adequar os processos de trabalho finalísticos à transformação digital			1				
	-Otimizar a infraestrutura de tecnologia da informação			1				
Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura e da mobilidade	-Modernizar a gestão da mobilidade							
	-Adequar a infraestrutura de segurança ao Plano Nacional de Segurança do Poder Judiciário							
Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura e da mobilidade	-Otimizar a gestão de custos dos processos de manutenção e de conservação predial				1			
	-Aprimorar o processo de gestão de obras e reformas							
-Aperfeiçoar a utilização dos espaços físicos								
<b>IMPACTO NAS INICIATIVAS POR ÁREA</b>			<b>3</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>GRAU DE RELEVÂNCIA - RESULTADO</b>			<b>3</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE



PERSPECTIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	Escala de Impacto por Área																					
			Área 3																					
			A3.1	A3.2	A3.3	A3.4	A3.5	A3.6	A3.7	A3.8	A3.9	A3.10	A3.11	A3.12	A3.13	A3.14	A3.15	A3.16	A3.17	A3.18	A3.19	A3.20	A3.21	A3.22
Sociedade	Garantir os direitos do cidadão	-Assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, os direitos das minorias, a inclusão da diversidade e a acessibilidade a todos, bem como ao desafio de atenuar as desigualdades sociais																						
	Assegurar a excelência da prestação jurisdicional	- Conferir elevado padrão de excelência à gestão, ao planejamento, à organização administrativa e judiciária, assim como à sistematização e à disseminação das informações, para conferir produtividade compatível com os recursos alocados e garantir efetividade à prestação jurisdicional											1					1						
	Fortalecer o relacionamento com a sociedade e com outras instituições	- Consolidar a atuação do TJDF como instituição garantidora dos direitos. Abrange a garantia de satisfação do jurisdicionado com os serviços prestados e a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas para a solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e a sociedade																						
Processos Internos	Aprimorar a prestação jurisdicional	- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional - Incrementar os controles de qualidade da prestação jurisdicional - Otimizar os processos de apoio às atividades judiciais - Aperfeiçoar a gestão e estimular o uso da informação jurídica			1								1	1										
	Fomentar a prevenção de litígios e o uso de métodos adequados de resolução de conflitos	- Desenvolver e aprimorar convênios com instituições parceiras - Ampliar a oferta de formas alternativas de resolução de conflitos - Estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais - Expandir a rede de conciliadores																1						
	Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal	- Fortalecer canais extrajudiciais de resolução de conflitos - Fomentar a aplicação de penas e medidas alternativas - Investir na justiça restaurativa - Apoiar em prol do fortalecimento do sistema penitenciário - Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execuções de medidas socioeducativas																						
	Consolidar o sistema de precedentes obrigatórios	- Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a gestão das informações do sistema de precedentes obrigatórios - Aprimorar a comunicação entre as unidades de inteligência e o sistema de precedentes obrigatórios - Promover a comunicação das decisões que afetam o julgamento dos processos pelos magistrados - Agilizar o sobrestamento dos temas afetados bem como o levantamento do sobrestamento após o julgamento - Consolidar e fortalecer a atuação do Centro de Inteligência da Justiça do Distrito Federal			1																			
	Fortalecer a governança institucional	- Aprimorar o processo de gestão das Metas Nacionais - Aperfeiçoar o processo de tomada de decisão - Fortalecer e aprimorar o modelo de governança institucional - Consolidar a gestão de riscos - Fortalecer o processo de auditoria interna - Aperfeiçoar o processo de gestão da estrutura organizacional - Consolidar a inteligência estratégica									1	1								1				
	Promover a inovação e a eficiência na gestão	- Fomentar e garantir a transparência e a prestação de contas - Promover a gestão da ética e da integridade - Consolidar a sustentabilidade como valor organizacional			1	1							1	1									1	
	Aprimorar a comunicação institucional e o atendimento ao cidadão	- Desenvolver a inovação nos processos, produtos e serviços - Aperfeiçoar os processos e os canais de comunicação interna - Fortalecer e instrumentalizar a gestão estratégica - Aprimorar a gestão de contratações - Aperfeiçoar o modelo de gestão de tecnologia da informação - Otimizar o modelo de gestão de materiais - Promover a gestão da informação e do conhecimento			1	1									1				1					
	Incrementar as políticas e os processos de segurança	- Promover a gestão da informação e do conhecimento - Aperfeiçoar a comunicação externa - Aprimorar a articulação institucional - Fomentar e disseminar a gestão da memória institucional - Padronizar o atendimento ao cidadão nos diferentes canais - Aprimorar o atendimento ao jurisdicionado - Incrementar a segurança da informação e a proteção de dados pessoais - Aperfeiçoar a segurança e a proteção de magistrados, servidores e jurisdicionados - Aprimorar a atividade de inteligência no âmbito da segurança institucional - Desenvolver o sistema de gestão orgânica de incidentes			1														1	1				
	Pessoas e Recursos	Otimizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira	- Garantir o alinhamento do planejamento orçamentário aos objetivos estratégicos - Otimizar a execução orçamentária e financeira - Fortalecer as competências dos gestores e servidores orientadas para o futuro, para as pessoas e para os resultados													1				1	1		1	
		Promover o protagonismo das pessoas no contexto da era digital	- Otimizar a alocação de pessoas considerando as transformações no trabalho e a necessidade de adequação de perfis profissionais - Prevenir e/ou mitigar doenças no contexto da era digital - Promover o reconhecimento do desempenho das pessoas valorizando o engajamento, a atuação colaborativa e as entregas - Capacitar magistrados e servidores, visando ao desenvolvimento das competências requeridas no contexto da era digital					1		1														
		Intensificar a transformação digital do Tribunal	- Promover a modernização e a convergência tecnológica de sistemas e serviços - Aprimorar os processos de trabalho administrativos para a transformação digital - Adequar os processos de trabalho finalísticos à transformação digital - Otimizar a infraestrutura de tecnologia da informação							1	1				1	1								
Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura e da mobilidade		- Modernizar a gestão da mobilidade - Adequar a infraestrutura de segurança ao Plano Nacional de Segurança do Poder Judiciário - Otimizar a gestão de custos dos processos de manutenção e de conservação predial - Aprimorar o processo de gestão de obras e reformas - Aperfeiçoar a utilização dos espaços físicos			1		1																1	
<b>Pontuação Total</b>		<b>GRAU DE RELEVÂNCIA - RESULTADO</b>	4	3	16	3	3	8	1	6	2	0	6	3	15	2	2	1	15	2	1	2	1	2
			3	3	5	3	3	5	2	5	2	1	5	3	5	2	2	2	5	2	2	2	2	2



## ANEXO VII - ANÁLISE DA RELEVÂNCIA - PARTE I

Descrição da Escala de Probabilidade
1 - Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência
2 - Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência
3 - Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência conhecido pela maioria dos gestores e operadores do processo
4 - Eventual usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido
5 - Evento repetitivo e constante

A1 Sociedade  
 A2 Processos Internos  
 A3 Pessoas e Recursos

Impacto nos Objetivos Estratégicos		
Grau	Nível	Escala
Muito Baixo	1	0
Baixo	2	1 ≤ X < 3
Médio	3	3 ≤ X < 5
Alto	4	5 ≤ X < 6
Muito Alto	5	X ≥ 6

1) Quantidade de vezes em que o objeto auditável impacta o objetivo estratégico

ANEXO VIII - ANÁLISE DA RELEVÂNCIA - PARTE II

ÁREAS	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO (OBJETOS AUDITÁVEIS)	RISCO - ESCALA DE RELEVÂNCIA I	Grau Percepção Gestores e Alta Administração Qto ao nível de Controle dos objetos auditáveis		Objeto auditável consta como referência na auditoria financeira e de conformidade	Fator de Mitigação	RISCO - ESCALA RELEVÂNCIA II	APURAÇÃO NÍVEIS DE RISCO	CRITÉRIO RELEVÂNCIA - RESULTADO	Responsável
				ESTÁGIO	Nível de Referência - Tabela Relevância						
ÁREA 1 - SOCIEDADE	A1.1	Gestão/Prestação de Contas	3	4	2	SIM	3	6	4,5	4	SEPG
	A1.2	Transparência	3	4	2	SIM	3	6	4,5	4	SEPG
	A1.3	Processo Judicial Eletrônico	9	4	2	NÃO	1	2	5,5	5	SETI
	A1.4	Gestão de Custos operacionais área-fim (Contadorias)	1	3	3	NÃO	1	3	2	2	SECOJ
	A1.5	Prestação Jurisdicional-Qualidade do Atendimento ao Usuário	4	3	3	NÃO	1	3	3,5	3	OVG
	A1.6	Ações De Cidadania-Fomentar Métodos Consensuais de solução de Conflitos	4	3	3	NÃO	1	3	3,5	3	NUPEMEC
ÁREA 2 - PROCESSOS INTERNOS	A2.1	Depósitos Judiciais	1	3	3	NÃO	1	3	2	2	SECOJ
	A2.2	Metodologia processos de trabalho. Tramitação Processos Judiciais	3	5	1	NÃO	1	1	2	2	SGC
	A2.3	Tramitação Processos Administrativos	1		5	NÃO	1	5	3	3	SGIC
	A2.4	Gestão de Riscos Institucional	2	3	3	NÃO	1	3	2,5	2	SEPG
	A2.5	Governança Institucional	10	4	2	SIM	3	6	8	5	SEPG
	A2.6	Integridade de dados	2	4	2	NÃO	1	2	2	2	SETI
	A2.7	Gestão de Comunicação Interna e Externa	6	4	2	NÃO	1	2	4	4	ACS
	A2.8	Integridade/Ética	1	1	5	NÃO	1	5	3	3	SEPG
	A2.9	Controles Internos Institucional	22	4	2	SIM	3	6	14	5	SEPG
	A2.10	Indicadores/Planejamento Estratégico	6	4	2	SIM	3	6	6	5	SEPG
	A2.11	Sistemas Informatizados	5	3	3	NÃO	1	3	4	4	SETI
	A2.12	Controles Internos - Segurança da Tecnologia da Informação	5	4	2	NÃO	1	2	3,5	3	SETI
	A2.13	Gestão de TI - Operacional	5	3	3	NÃO	1	3	4	4	SETI
	A2.14	Governança de TI	6	4	2	NÃO	1	2	4	4	SETI
	A2.15	Gestão de Riscos TI	4	3	3	NÃO	1	3	3,5	3	SETI
	A2.16	Proteção de Dados (LGPD)	4	4	2	NÃO	1	2	3	3	SETI
	A2.17	Controles Internos/Compras e Contratações	10	4	2	SIM	3	6	8	5	SEMA
	A2.18	Compras e Contratações/Conformidade	10	4	2	SIM	3	6	8	5	SEMA
	A2.19	Tecnologia da Informação/Conformidade	11	4	2	SIM	3	6	8,5	5	SETI
	A2.20	Terceirização	5	4	2	NÃO	1	2	3,5	3	SEMA
	A2.21	Gestão de bens móveis	10	4	2	SIM	3	6	8	5	SEMA
	A2.22	Governança Compras e Contratações	10	4	2	SIM	3	6	8	5	SEMA
	A2.23	Suprimento de Fundos	2	3	3	NÃO	1	3	2,5	2	SEOF
	A2.24	Gestão de Transferências Concedidas	2	4	2	SIM	3	6	4	4	SEOF
	A2.25	Gestão de Riscos Compras e Contratações	14	4	2	NÃO	1	2	8	5	SEMA
ÁREA 3 - PESSOAS E RECURSOS	A3.1	Obras e/ou serviço de engenharia	4	4	2	NÃO	1	2	3	3	COOB
	A3.2	Manutenção Predial	3	4	2	NÃO	1	2	2,5	2	SEAP
	A3.3	Patrimônio imobiliário	16	4	2	SIM	3	6	11	5	SEAP
	A3.4	Espaços físicos	3	4	2	NÃO	1	2	2,5	2	SEAP
	A3.5	Segurança Institucional	3	4	2	NÃO	1	2	2,5	2	SESI
	A3.6	Controles Internos da Gestão de Pessoas	8		5	SIM	3	15	11,5	5	SEGP
	A3.7	Conformidade/ legalidade de atos de Pessoal	1	4	2	SIM	3	6	3,5	3	SEGP
	A3.8	Governança Pessoal	6		5	SIM	3	15	10,5	5	SEGP
	A3.9	Gestão de Riscos Pessoal	2		5	NÃO	1	5	3,5	3	SEGP
	A3.10	Gestão do pró-saúde	0	4	2	NÃO	1	2	1	1	SEAB
	A3.11	Sistemas Cooperativos da Gestão de Pessoal	6	4	2	NÃO	1	2	4	4	SEGP
	A3.12	Gestão do Conhecimento	3	4	2	NÃO	1	2	2,5	2	SEEF
	A3.13	Política de Trabalho à distância	15	4	2	NÃO	1	2	8,5	5	SEGP
	A3.14	Estagiários	2		5	NÃO	1	5	3,5	3	SEGP
	A3.15	Diárias e passagens	2	4	2	NÃO	1	2	2	2	SEEF
	A3.16	Passivos	1	3	3	NÃO	1	3	2	2	SEOF
	A3.17	Demonstrações Financeiras	15	3	3	SIM	3	9	12	5	SEOF
	A3.18	Gestão Orçamentária	2	4	2	SIM	3	6	4	4	SEOF
A3.19	Ordem Cronológica	1	3	3	NÃO	1	3	2	2	SEOF	
A3.20	Gestão de Custos	2		5	NÃO	1	5	3,5	3	SEOF	
A3.21	Sustentabilidade	1	4	2	NÃO	1	2	1,5	1	SEPG	
A3.22	Acessibilidade	2	4	2	NÃO	1	2	2	2	SEPG	

TABELA DE REFERÊNCIA - Grau de Percepção dos Gestores Quanto ao Nível de Controle dos Objetos Auditáveis

Estágio	Risco Atribuído	Descrição
1. Inicial	5	Baixo nível de formalização; documentação sobre controles internos não disponíveis e ausência de comunicação sobre os controles
2. Básico	4	Controles internos tratados informalmente; ainda não há treinamento e comunicação sobre controles.
3. Intermediário	3	Há princípios e padrões documentados, e treinamento básico sobre controles internos.
4. Aprimorado	2	Controles internos obedecem aos princípios estabelecidos; controles internos supervisionados e regularmente aprimorados.
5. Avançado	1	Controles internos otimizados; princípios e processos de controles internos estão integrados aos processos de gestão da organização

TABELA DE REFERÊNCIA - Objeto consta como referência em DN/TCU

Resultado	Fator de Ponderação (Atribui-se peso 3 ao risco da tabela "Percepção Qto Nível de Controle dos Objetos Auditáveis") caso o objeto auditável conste como referência na auditoria financeira e de conformidade de contas. Caso a resposta seja negativa, atribui-se peso 1 ao risco)
Sim	3
Não	1

TABELA DE REFERÊNCIA - RELEVÂNCIA

Grau	Nível	Escala
Muito Baixo	1	x < 2
Baixo	2	2 ≤ x < 3
Médio	3	3 ≤ x < 4
Alto	4	4 ≤ x < 5
Muito Alto	5	x ≥ 5

ÁREAS	Código	Responsáveis	Descrição	Objetivo da Auditoria	Qtd Denúncias e Reclamações recebidas nos 2 últimos exercícios (Até 2021)	Qtd Denúncias e Reclamações recebidas em 2022	Quantidade de Recomendações/de terminações de auditoria e do TCU Pendentes de Atendimento (Até 2022)	Total Quantidade Denúncias e Reclamações Recebidas e de determinações de auditoria e do TCU pendentes de atendimento	Níveis de Criticidade - Resultado Antes da Aplicação dos Fatores (Tabela I) (a)	Lapso Temporal Entre Auditorias (Aplicação de Fatores de Risco Sobre Lapso Temporal Entre Auditorias)		Níveis de Criticidade - Resultado Após Aplicação dos Fatores (NC = a * c)	Níveis de Criticidade - Resultado (Vide Tabela II)
										Tempo Decorrido Última Auditoria (anual) (b)	Fator de Risco Aplicado Sobre Tempo Decorrido Últimas Auditorias (c)		
ÁREA 1 - SOCIEDADE	A1.1	NUAUGE	Gestão/Prestação de Contas	Avaliar a conformidade e o desempenho da gestão do TJDFT, quanto aos atos e fatos praticados no exercício de 2020, em observância às determinações contidas na Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e às disposições constantes da DN TCU nº 187/2020.	0			0	1		1,5	1,5	2
	A1.2	NUAGRI	Transparência	Avaliar o grau de informações que o TJDFT disponibiliza aos cidadãos, em observância à lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação - LAI.	19	4	0	23	5	0	1,5	7,5	5
	A1.3	NUADTI	Processo Judicial Eletrônico	Aprimorar e expandir o Processo Judicial Eletrônico	83	0	7	90	5	0	1,5	7,5	5
	A1.4	NUADIF	Gestão de Custos operacionais área-fim (Contadorias)	Aperfeiçoar o sistema de cálculos das contadorias	0	0		0	1	0	1,5	1,5	2
	A1.5	NUAGRI	Prestação Jurisdicional-Qualidade do Atendimento ao Usuário	Avaliar se a atuação da Instituição está alinhada ao atendimento das necessidades dos usuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, destinatários finais dos serviços prestados pelo TJDFT.	478	307	0	785	5	1	0,8	4	4
	A1.6	NUAGRI	Ações De Cidadania-Fomentar Métodos Consensuais de solução de Conflitos	Avaliar se o TJDFT tem buscado modelos de solução de conflitos que viabilizem a pacificação social e contribuam para que o Poder Judiciário se torne mais ágil e acessível.	15	18	0	33	5	5	1	5	5

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

ÁREAS	Código	Responsáveis	Descrição	Objetivo da Auditoria	Qtd Denúncias e Reclamações recebidas nos 2 últimos exercícios (Até 2021)	Qtd Denúncias e Reclamações recebidas em 2022	Quantidade de Recomendações/de terminações de auditoria e do TCU Pendentes de Atendimento (Até 2022)	Total Quantidade Denúncias e Reclamações Recebidas e de determinações de auditoria e do TCU pendentes de atendimento	Níveis de Críticidade - Resultado Antes da Aplicação dos Fatores (Tabela I) (a)	Lapso Temporal Entre Auditorias (Aplicação de Fatores de Risco Sobre Lapso Temporal Entre Auditorias)		Níveis de Críticidade - Resultado Após Aplicação dos Fatores (NC = a * c)	Níveis de Críticidade - Resultado (Vide Tabela II)
										Tempo Decorrido Última Auditoria (anual) (b)	Fator de Risco Aplicado Sobre Tempo Decorrido Últimas Auditorias (c)		
ÁREA 2 - PROCESSOS INTERNOS	A2.1	NUADIF	Depósitos Judiciais	Avallar se os atos, os contratos e os procedimentos administrativos de captação e gerenciamento dos recursos depositados à disposição do juízo, em que a Fazenda Pública não seja parte, estão sendo efetivados segundo as obrigações contratuais e as normas de regência.	0	0	0	0	1	1	0,8	0,8	2
	A2.2	NUADTI	Metodologia processos de trabalho. Tramitação Processos Judiciais	Implantar a metodologia de melhoria contínua dos processos de trabalho, priorizando os finalísticos	11	2	0	13	5	0	1,5	7,5	5
	A2.3	NUADTI	Tramitação Processos Administrativos	Avallar metodologia e qualidade sistema SEI.Ampliar o número de procedimentos administrativos para o suporte digital	2	0	0	2	2	0	1,5	3	3
	A2.4	NUAGRI	Gestão de Riscos Institucional	Avallar a maturidade da gestão de riscos do TJDFT.	5	0	0	5	5	0	1,5	7,5	5
	A2.5	NUAGRI	Governança Institucional	Examinar mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados para monitorar, direcionar e avaliar a gestão do TJDFT, com o objetivo de emissão de opinião (assurance ou advisory) e sistematizar informações sobre a situação da governança em âmbito institucional	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A2.6	NUADTI	Integridade de dados	Avallar o uso integrado de informações na gestão do TJDFT.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A2.7	NUAGRI	Gestão de Comunicação Interna e Externa	Avallar se o TJDFT divulga de forma sistêmica e em linguagem acessível, informações acerca da atuação do TJDFT e dos serviços disponibilizados, sobretudo quanto aos direitos do cidadão, bem como se incentiva a comunicação entre as diversas unidades internas (público interno) e entre o Tribunal e as demais instituições (público externo), primando pela transparência de sua atuação.	31	21	0	52	5	1	0,8	4	4
	A2.8	NUAGRI	Integridade/Ética	Avallar quais medidas o TJDFT tem adotado com vistas a assegurar a integridade e a ética da organização.	1	8	0	9	5	1	0,8	4	4
	A2.9	NUAGRI	Controles Internos Institucional	Avallar a suficiência e a qualidade do sistema de controles internos do TJDFT.	0	13	0	13	5	4	1	5	5
	A2.10	NUAUGE	Indicadores/Planejamento Estratégico	Avallar se os indicadores definidos no Planejamento Estratégico avaliam e comunicam a performance da organização em relação ao resultado esperado, possibilitando a medição do desempenho da organização.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A2.11	NUADTI	Sistemas Informatizados	avallar a funcionalidade dos controles internos de forma que garantam a exatidão, confiabilidade e integridade do dado	26	25	0	51	5	0	1,5	7,5	5
	A2.12	NUADTI	Controles Internos - Segurança da Tecnologia da Informação	Avallar a efetividade da política de segurança da informação no que concerne aos processos de trabalho quanto à proteção das informações, continuidade dos negócios, política de backup e plano de recuperação.	2	1	2	5	5	0	1,5	7,5	5
	A2.13	NUADTI	Gestão de TI - Operacional ou Gestão de desempenho de TI	Operacional Avallar a eficácia e eficiência da gestão dos recursos de TI no âmbito do TJDFT	68	12	4	84	5	4	1	5	5
	A2.14	NUADTI	Governança de TI	Avallar a política de governança de TI do TJDFT de modo a assegurar o adequado alinhamento das práticas de gestão e do uso da TI com a estratégia de negócio do Tribunal, a fim de contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.	7	0	0	7	5	4	1	5	5
	A2.15	NUADTI	Gestão de Riscos TI	Avallar a efetividade da gestão de riscos.	0	0	1	1	2	0	1,5	3	3
	A2.16	NUADTI	Proteção de Dados (LGPD)	Consultoria - Prestar consultoria no projeto de implementação do Programa de Proteção de Dados e cumprimento dos requisitos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados LGPD. Auditoria- Avallar a efetividade da implementação das medidas destinadas à governança do acesso e uso de dados no âmbito do TJDFT em especial no que se referem aos pronunciamentos judiciais, a fim de racionalizar o acesso aos dados e criar condições para desenvolvimento de tecnologias que contribuam para o aperfeiçoamento do sistema jurisdicional.	1	1	0	2	2	0	1,5	3	3
	A2.17	NUACOM	Controles Internos/Compras e Contratações	Analisar os controles internos adotados para mitigar os riscos das contratações e aquisições mediante prego, dispensa e inexigibilidade de licitação.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A2.18	NUACOM	Compras e Contratações/Conformidade	Avallar a conformidade dos atos e procedimentos utilizados na fase interna de contratações para compras de bens e serviços, com o fim de verificar a conformidade com os normativos em vigor.	8	0	0	8	5	0	1,5	7,5	5
	A2.19	NUADTI	Tecnologia da Informação/Conformidade	Avallar a regularidade dos processos licitatórios e das contratações, bem como das aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação;	0	0	1	1	2	3	1	2	2
	A2.20	NUACOM	Terceirização	Avallar se a minuta de edital, minuta de contrato e minuta da Planilha de Custos e Formação de Preços - PCFP correspondem às regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, conforme dispõe a IN nº 5/2017 – MPDG e instruções do TJDFT, bem como se há controles internos administrativos existentes para mitigar os riscos nas contratações de mão de obra terceirizada.	27	9	0	36	5	0	1,5	7,5	5
	A2.21	NUACOM	Gestão de bens móveis	Verificar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade do sistema patrimonial, bem como inibir controle e ações inadequadas que acarretem má utilização ou má conservação dos bens, assim como desvios e furtos.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A2.22	NUACOM	Governança Compras e Contratações	Examinar os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão das aquisições, com objetivo de que as aquisições agreguem valor ao negócio da organização, com riscos aceitáveis.	2	0	0	2	2	0	1,5	3	3
	A2.23	NUACOM	Suprimento de Fundos	Avallar se os atos procedimentais relativos à concessão e ao uso de Suprimento de Fundos estão em conformidade com os princípios, a jurisprudência e os regulamentos aplicáveis, de forma a avaliar a regularidade da aplicação de recursos federais utilizados para custeá-los.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A2.24	NUACOM	Gestão de Transferências Concedidas	Avallar a eficiência, eficácia e efetividade das transferências concedidas ao TJDFT.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A2.25	NUACOM	Gestão de Riscos Compras e Contratações	Avallar, com enfoque em riscos, o projeto básico/termo de referência, de modo a verificar sua correspondência com os estudos técnicos preliminares, a legislação vigente à época, e o alcance dos resultados pretendidos nas contratações para aquisição de bens e serviços.	0	0	13	0	1	0	1,5	1,5	2

ÁREAS	Código	Responsáveis	Descrição	Objetivo da Auditoria	Qtd Denúncias e Reclamações recebidas nos 2 últimos exercícios (Até 2021)	Qtd Denúncias e Reclamações recebidas em 2022	Quantidade de Recomendações/ de terminações de auditoria e do TCU Pendentes de Atendimento (Até 2022)	Total Quantidade Denúncias e Reclamações Recebidas e de determinações de auditoria e do TCU pendentes de atendimento	Níveis de Criticidade - Resultado Antes da Aplicação dos Fatores (Tabela I) (a)	Lapso Temporal Entre Auditorias (Aplicação de Fatores de Risco Sobre Lapso Temporal Entre Auditorias)		Níveis de Criticidade - Resultado Após Aplicação dos Fatores (NC = a * c)	Níveis de Criticidade - Resultado (Vide Tabela II)
										Tempo Decorrido Última Auditoria (anual) (b)	Fator de Risco Aplicado Sobre Tempo Decorrido Últimas Auditorias (c)		
ÁREA 3 - PESSOAS E RECURSOS	A3.1	NUACOM	Obras e/ou serviço de engenharia	Avallar a conformidade dos atos e procedimentos utilizados na fase de execução de contratos resultantes dos certames licitatórios relativos a serviços de engenharia, com o fim de verificar a conformidade com os normativos em vigor.	0	0	0	0	1		1,5	1,5	2
	A3.2	NUACOM	Manutenção Predial	Avallar a conformidade e a operacionalidade das contratações de manutenção em relação ao atendimento da legislação.	0	0	0	0	1		1,5	1,5	2
	A3.3	NUADIF	Patrimônio Imobiliário	Avallar a gestão do patrimônio imobiliário quanto à correção dos registros contábeis; à estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio e à qualidade dos controles internos administrativos instituídos para a referida gestão.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A3.4	NUACOM	Espaços físicos	Verificar a eficácia, eficiência e efetividade dos procedimentos para adequação dos espaços físicos, especialmente em casos de mudanças de setores e pedidos de readaptações.	0	0	0	0	1		1,5	1,5	2
	A3.5	NUACOM	Segurança Institucional	Avallar a qualidade e suficiência de procedimentos relativos à segurança de magistrados, servidores e instalações do TJDFT.	0	0	0	0	1		1,5	1,5	2
	A3.6	NUADPE	Controles internos da Gestão de Pessoas	Avallar a consistência dos controles internos administrativos relacionados às atividades de gestão de pessoas, em especial, no que tange a observância dos normativos de regência, assim como a tempestividade e a qualidade dos registros nos sistemas corporativos e externos obrigatórios.	3	0	0	3	3	0	1,5	4,5	5
	A3.7	NUADPE	Conformidade/ legalidade de atos de Pessoal	Verificar se os procedimentos realizados observam a legislação vigente sobre admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, concessão de aposentadorias e pensões, bem como se os processos são definidos e institucionalizados.	0	0	7	7	5	2	1	5	5
	A3.8	NUADPE	Governança Pessoal	Avallar a adequação e eficácia do planejamento de gestão de pessoas, considerando os objetivos, metas e indicadores definidos.	2	0	0	2	2	0	1,5	3	3
	A3.9	NUADPE	Gestão de Riscos Pessoal	Avallar os procedimentos adotados para gerenciamento e tratamentos de riscos nas atividades de gestão de pessoal, pré-definidos.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A3.10	NUADPE	Gestão do pró-saúde	Avallar a qualidade dos descontos efetivados pela unidade de pagamento no que tange aos descontos do pró-saúde e o efetivo repasse.	5	0	0	5	5	0	1,5	7,5	5
	A3.11	NUADPE	Sistemas Cooperativos da Gestão de Pessoal	Avallar se os sistemas cooperativos atuais de gestão de pessoas são eficientes frente a demanda do Tribunal.	3	0	0	3	3	0	1,5	4,5	5
	A3.12	NUADPE	Gestão do Conhecimento	Avallar os procedimentos adotados pela Administração no processo de desenvolvimento e capacitação dos servidores do Tribunal e de valorização do conhecimento já disponível.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A3.13	NUADPE	Política de Trabalho à distância	Verificar se o Tribunal tem adotado medidas para a ampliação do trabalho à distância, frente às inovações e novos cenários existentes.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A3.14	NUADPE	Estagiários	Avallar as ações e iniciativas para implementar a política de estágio como ato educativo escolar com vistas à preparação para o trabalho.	5	0	0	5	5	0	1,5	7,5	5
	A3.15	NUACOM	Diárias e passagens	Avallar os controles adotados pela administração no pagamento das diárias e passagens, em conformidade com o normativo de regência.	0	0	0	0	1		1,5	1,5	2
	A3.16	NUADIF	Passivos	Avallar os passivos assumidos pela UPC sem prévia previsão orçamentária de créditos ou de recursos quanto à correção do cálculo do valor provisionado; às causas da assunção desses passivos; à capacidade de gestão dos responsáveis pela UPC sobre tais causas; aos esforços da UPC para minimizar ou evitar a ocorrência de passivos nessas condições.	0	0	0	0	1	7	1	1	2
	A3.17	NUADIF	Demonstrações Financeiras	À conformidade das demonstrações contábeis: assegurar que as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro; conformidade dos atos de gestão. b) assegurar que as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pela UPC estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos;	0	0	0	0	1	1	0,8	0,8	2
	A3.18	NUADIF	Gestão Orçamentária e Financeira	Avallar os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência da execução física e financeira das ações do planejamento estratégico, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão.	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A3.19	NUADIF	Ordem Cronológica	Avallar a observância da ordem cronológica e os prazos previstos para realização dos pagamentos, conforme o disposto art. 5º da Lei 8666/1993, assim como os controles internos envolvidos nestes processos.	0	0	0	0	1	1	0,8	0,8	2
	A3.20	NUADIF	Gestão de Custos	Implantar sistemática de gestão de custos do TJDFT	0	0	0	0	1	0	1,5	1,5	2
	A3.21	NUACOM	Sustentabilidade	Avallar a política de sustentabilidade do TJDFT, especialmente quanto aos critérios utilizados nas compras governamentais.	4	0	0	4	4		1,5	6	5
	A3.22	NUACOM	Acessibilidade	Avallar a política de acessibilidade do TJDFT, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Lei 10.098/2000, do Decreto 5.296/2004 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis.	0	1	0	1	2		1,5	3	3

Tabela I - Fatores de Risco S/Lapso Temporal Entre Auditorias (Anual)

Peso - Tempo Decorrido Últimas Auditorias	Fator Aplicado Sobre Tempo Decorrido
"Continua"	0,8
X ≥ 2	1
"Não Houve" ou 0	1,5

Tabela II - Níveis de Criticidade

Grau	Nível	Quantidades de Denúncias e/ou Reclamações
Muito Baixo	1	0
Baixo	2	1
Médio	3	2
Alto	4	3
Muito Alto	5	≥ 4

ÁREAS	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS POR PONTOS - COMPILAÇÃO DE CRITÉRIOS			Resultado (Pontuação Geral)	AVALIAÇÃO RISCO
			Relevância	Criticidade	Materialidade		
ÁREA 1 - SOCIEDADE	A1.1	Gestão/Prestação de Contas	4	2	4	3,33	Médio
	A1.2	Transparência	4	5	4	4,33	Alto
	A1.3	Processo Judicial Eletrônico	5	5	5	5,00	Muito Alto
	A1.4	Gestão de Custos operacionais área-fim (Contadorias)	2	2	1	1,67	Muito Baixo
	A1.5	Prestação Jurisdicional-Qualidade do Atendimento ao Usuário	3	4	4	3,67	Médio
	A1.6	Ações De Cidadania-Fomentar Métodos Consensuais de solução de Conflitos	3	5	4	4,00	Alto
ÁREA 2 - PROCESSOS INTERNOS	A2.1	Depósitos Judiciais	2	2	1	1,67	Muito Baixo
	A2.2	Metodologia processos de trabalho. Tramitação Processos Judiciais	2	5	4	3,67	Médio
	A2.3	Tramitação Processos Administrativos	3	3	1	2,33	Baixo
	A2.4	Gestão de Riscos Institucional	2	5	3	3,33	Médio
	A2.5	Governança Institucional	5	2	5	4,00	Alto
	A2.6	Integridade de dados	2	2	3	2,33	Baixo
	A2.7	Gestão de Comunicação Interna e Externa	4	4	5	4,33	Alto
	A2.8	Integridade/Ética	3	4	1	2,67	Baixo
	A2.9	Controles Internos Institucional	5	5	5	5,00	Muito Alto
	A2.10	Indicadores/Planejamento Estratégico	5	2	5	4,00	Alto
	A2.11	Sistemas Informatizados	4	5	5	4,67	Alto
	A2.12	Controles Internos - Segurança da Tecnologia da Informação	3	5	5	4,33	Alto
	A2.13	Gestão de TI - Operacional	4	5	5	4,67	Alto
	A2.14	Governança de TI	4	5	5	4,67	Alto
	A2.15	Gestão de Riscos TI	3	3	4	3,33	Médio
	A2.16	Proteção de Dados (LGPD)	3	3	4	3,33	Médio
	A2.17	Controles Internos/Compras e Contratações	5	2	5	4,00	Alto
	A2.18	Compras e Contratações/Conformidade	5	5	5	5,00	Muito Alto
A2.19	Tecnologia da Informação/Conformidade	5	2	5	4,00	Alto	
A2.20	Terceirização	3	5	5	4,33	Alto	
A2.21	Gestão de bens móveis	5	2	5	4,00	Alto	
A2.22	Governança Compras e Contratações	5	3	5	4,33	Alto	
A2.23	Suprimento de Fundos	2	2	3	2,33	Baixo	
A2.24	Gestão de Transferências Concedidas	4	2	3	3,00	Médio	
A2.25	Gestão de Riscos Compras e Contratações	5	2	5	4,00	Alto	
ÁREA 3 - PESSOAS E RECURSOS	A3.1	Obras e/ou serviço de engenharia	3	2	4	3,00	Médio
	A3.2	Manutenção Predial	2	2	4	2,67	Baixo
	A3.3	Patrimônio imobiliário	5	2	5	4,00	Alto
	A3.4	Espaços físicos	2	2	4	2,67	Baixo
	A3.5	Segurança Institucional	2	2	4	2,67	Baixo
	A3.6	Controles internos da Gestão de Pessoas	5	5	5	5,00	Muito Alto
	A3.7	Conformidade/ legalidade de atos de Pessoal	3	5	1	3,00	Médio
	A3.8	Governança Pessoal	5	3	5	4,33	Alto
	A3.9	Gestão de Riscos Pessoal	3	2	3	2,67	Baixo
	A3.10	Gestão do pró-saúde	1	5	1	2,33	Baixo
	A3.11	Sistemas Cooperativos da Gestão de Pessoal	4	5	5	4,67	Alto
	A3.12	Gestão do Conhecimento	2	2	4	2,67	Baixo
	A3.13	Política de Trabalho à distância	5	2	5	4,00	Alto
	A3.14	Estagiários	3	5	3	3,67	Médio
	A3.15	Diárias e passagens	2	2	3	2,33	Baixo
	A3.16	Passivos	2	2	1	1,67	Muito Baixo
	A3.17	Demonstrações Financeiras	5	2	5	4,00	Alto
	A3.18	Gestão Orçamentária e Financeira	4	2	3	3,00	Médio
A3.19	Ordem Cronológica	2	2	1	1,67	Muito Baixo	
A3.20	Gestão de Custos	3	2	3	2,67	Baixo	
A3.21	Sustentabilidade	1	5	1	2,33	Baixo	
A3.22	Acessibilidade	2	3	3	2,67	Baixo	

Grau	Nível	Escala
Muito Baixo	1	x < 2
Baixo	2	2 ≤ X < 3
Médio	3	3 ≤ X < 4
Alto	4	4 ≤ X < 5
Muito Alto	5	x = 5

ANEXO XI - PRIORIDADES		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Resultado (Pontuação Geral)
A1.3	Processo Judicial Eletrônico	5,00
A2.9	Controles Internos Institucional	5,00
A2.18	Compras e Contratações/Conformidade	5,00
A3.6	Controles internos da Gestão de Pessoas	5,00
A2.11	Sistemas Informatizados	4,67
A2.13	Gestão de TI - Operacional	4,67
A2.14	Governança de TI	4,67
A3.11	Sistemas Cooperativos da Gestão de Pessoal	4,67
A1.2	Transparência	4,33
A2.7	Gestão de Comunicação Interna e Externa	4,33
A2.12	Controles Internos - Segurança da Tecnologia da Informação	4,33
A2.20	Terceirização	4,33
A2.22	Governança Compras e Contratações	4,33
A3.8	Governança Pessoal	4,33
A1.6	Ações De Cidadania-Fomentar Métodos Consensuais de solução de Conflitos	4,00
A2.5	Governança Institucional	4,00
A2.10	Indicadores/Planejamento Estratégico	4,00
A2.17	Controles Internos/Compras e Contratações	4,00
A2.19	Tecnologia da Informação/Conformidade	4,00
A2.21	Gestão de bens móveis	4,00
A2.25	Gestão de Riscos Compras e Contratações	4,00
A3.3	Patrimônio imobiliário	4,00
A3.13	Política de Trabalho à distância	4,00
A3.17	Demonstrações Financeiras	4,00
A1.5	Prestação Jurisdicional-Qualidade do Atendimento ao Usuário	3,67
A2.2	Metodologia processos de trabalho. Tramitação Processos Judiciais	3,67
A3.14	Estagiários	3,67
A1.1	Gestão/Prestação de Contas	3,33
A2.4	Gestão de Riscos Institucional	3,33
A2.15	Gestão de Riscos TI	3,33
A2.16	Proteção de Dados (LGPD)	3,33
A2.24	Gestão de Transferências Concedidas	3,00
A3.1	Obras e/ou serviço de engenharia	3,00
A3.7	Conformidade/ legalidade de atos de Pessoal	3,00
A3.18	Gestão Orçamentária e Financeira	3,00
A2.8	Integridade/Ética	2,67
A3.2	Manutenção Predial	2,67
A3.4	Espaços físicos	2,67
A3.5	Segurança Institucional	2,67
A3.9	Gestão de Riscos Pessoal	2,67
A3.12	Gestão do Conhecimento	2,67
A3.20	Gestão de Custos	2,67
A3.22	Acessibilidade	2,67
A2.3	Tramitação Processos Administrativos	2,33
A2.6	Integridade de dados	2,33
A2.23	Suprimento de Fundos	2,33
A3.10	Gestão do pró-saúde	2,33
A3.15	Diárias e passagens	2,33
A3.21	Sustentabilidade	2,33
A1.4	Gestão de Custos operacionais área-fim (Contadorias)	1,67
A2.1	Depósitos Judiciais	1,67
A3.16	Passivos	1,67
A3.19	Ordem Cronológica	1,67

